

Diário Oficial

Ribeirão Pires

27 de janeiro de 2017 a 3 de fevereiro de 2017
Ano 2- nº 37 - Distribuição Gratuita

www.ribeiraopires.sp.gov.br

facebook.com/prefeituraderibeiraopires



Vagas para cursos esportivos gratuitos

A Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo abriu inscrições para cursos esportivos gratuitos. Basquetebol, boxe - kick boxing, capoeira, futsal, futebol de campo, ginástica, ginástica rítmica, handebol, karatê, taekwondo, malha, voleibol e coreografia para 3ª Idade são as opções disponíveis.

As rematrículas podem ser feitas entre os dias 30 e 31 de janeiro, das 9h às 16h, no Ginásio Osiris Grecco, situado no Complexo Ayrtton Senna. Já os novos alunos poderão efetuar suas respectivas matrículas, nos dias 1 e 2 de fevereiro, no mesmo local. Para participar é necessário apresentar, no ato da inscrição, RG ou certidão de nascimento, comprovante de residência e duas fotos 3x4. Menores de 18 anos devem ir acompanhados dos pais ou responsáveis.

Entre os espaços disponibilizados para práticas esportivas estão: Centro Esportivo Municipal Valentino Redivo; Centros Técnicos de Treinamento da Quarta Divisão, Jardim Caçula, Ouro Fino Paulista, Santa Luzia e Vereador João Netto (Centro); Centro de Referência do Idoso; Ginásio de Esportes Osiris Grecco e Sociedade Esportiva Olaria.



Rua Ernesto Bernardi, no Parque Aliança, recebe manutenção

Ação da Infraestrutura Urbana de Ribeirão Pires seguiu solicitação de moradores

A Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires realizou nesta quarta-feira (25) limpeza na calçada da Rua Ernesto Bernardi, localizada no Parque Aliança. A via também recebeu roçagem de mato. O objetivo da ação é evitar a proliferação de pragas e doenças no local que estava repleto de mato e sujeira.

A solicitação de limpeza é uma reivindicação dos próprios moradores do bairro que identificaram uma prática incorreta de pessoas na hora de jogar o lixo fora. A Secretaria de Infraestrutura Urbana pede a colaboração para que a população realize o descarte de resíduos corretamente.



Campanha de conscientização sobre a hanseníase

Começou na última quarta-feira (25) a campanha "Hanseníase: Quanto antes você descobrir mais cedo vai se curar", ação que reforçará a importância do diagnóstico da doença na fase inicial para tratamento adequado e cura. As atividades serão realizadas até 31 de janeiro, Dia Mundial de Luta contra a Hanseníase.

O objetivo da ação é promover a conscientização da população sobre a doença para eliminar fontes de infecção, além de reduzir ou minimizar as incapacidades físicas resultantes do diagnóstico tardio. Durante o período da campanha, equipes das Unidades Básicas de Saúde e do Serviço

de Atenção Especializada farão orientação aos moradores, além da distribuição de panfletos informativos.

"Hanseníase tem cura e com informação, diálogo e a ajuda de todos, o tratamento fica mais fácil, acarretando a diminuição da transmissão", explica a coordenadora do Programa Municipal DST/AIDS, Nanci Garrido Butin.

A hanseníase é uma doença que atinge a pele e os nervos dos braços, mãos, pernas, pés, rosto, orelhas, olhos e nariz. O tempo entre o contágio e o aparecimento dos sintomas é longo. Por variar de dois até mais de dez anos. A hanseníase pode causar

deformidades físicas que podem ser evitadas com o diagnóstico e o tratamento precoce.

Ela é transmitida por meio das vias respiratórias: tosse e espirro. O aparecimento de manchas, uma ou mais, esbranquiçadas, avermelhadas ou amarronzadas em qualquer parte do corpo, com a diminuição ou perda da sensibilidade ao calor, à dor e ao tato, são sintomas da doença. Outros sinais da hanseníase são caroços e inchaços no corpo, em alguns casos avermelhados e doloridos, engrossamento do nervo que passa no cotovelo, levando à perda da sensibilidade e/ou diminuição da força do 5º dedo. Dor e sensação de choque, fisgadas e agulhadas ao longo dos nervos

dos braços, mãos, pernas e pés e do suor também podem ser sintomas associados à doença.

O tratamento da hanseníase deve ser feito com comprimidos diários e pode durar de 6 meses a 1 anos, se seguido corretamente.

Desde 2014, não há registros de casos da doença em Ribeirão Pires. Em 2015, a cidade recebeu premiação por atingir a Meta de Eliminação da Hanseníase como um problema de Saúde Pública, com nota máxima nos indicadores de avaliação (alta por cura, coeficiente de prevalência, proporção de contatos examinados, e proporção dos casos novos com incapacidade física avaliada no diagnóstico).

Atos Oficiais do Poder Executivo

Portarias assinadas pelo Exmo. Sr. Adler Alfredo Jardim Teixeira, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

PORTARIA Nº. 27.890, DE 17/01/2017. NOMEAR LUAN HENRIQUE BETEGA, RG nº. 45.681.248-9 e CPF nº. 444.871.318-04, para exercer em comissão o cargo de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria de Comunicação, a contar de 02 de Janeiro de 2017. Processo nº. 2015/2495. PORTARIA Nº. 27.895, DE 17/01/2017. NOMEAR KAREN CHEDE EID, RG nº. 22.787.020-7 e CPF nº. 262.053.988-93, para exercer em comissão o cargo de Secretária Adjunta, lotado na Secretaria de Gestão e Planejamento Administrativo, a contar de 02 de Janeiro de 2017. PORTARIA Nº. 27.901, DE 17/01/2017. NOMEAR DORIVAL SPOSITO, RG nº. 12.914.138-0 e CPF nº. 008.496.498-70, para exercer em comissão o cargo de Assessor Especial de Gabinete para Gestão e Planejamento Administrativo, lotado na Secretaria de Educação, Inclusão, Cultura e Tecnologia, a contar de 13 de Janeiro de 2017. PORTARIA Nº. 27.902, DE 17/01/2017. NOMEAR ROSELI AUGUSTO, RG nº. 11.248.288-0 e CPF nº. 097.243.148-98, para exercer em comissão o cargo de Secretária Adjunta, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a contar de 10 de Janeiro de 2017. Processo nº. 2017/425. PORTARIA Nº. 27.904, DE 17/01/2017. NOMEAR CESAR EDUARDO LEITE THEODORO, RG nº. 15.685.439-9 e

CPF nº. 028.643.118-10, para exercer em comissão o cargo de Secretário Adjunto, lotado na Secretaria de Transporte e Trânsito, a contar de 04 de Janeiro de 2017. Processo nº. 2017/396. PORTARIA Nº. 27.905, DE 17/01/2017. NOMEAR ALESSANDRA DE CORSO, RG nº. 25.228.126-3 e CPF nº. 192.273.668-65, para exercer em comissão o cargo de Diretor de Departamento, lotada na Secretaria de Comunicação, a contar de 09 de Janeiro de 2017. Processo nº. 2017/397

PORTARIA Nº. 27.880, DE 13 DE JANEIRO DE 2017. REMOVER a funcionária PALOMA LUCIA PAIVA DE SIQUEIRA, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 44.155.993-1 e CPF nº. 331.610.528-03, Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Gestão e Planejamento Administrativo para a Secretaria de Comunicação, a contar de 09 de Janeiro de 2017. Processo nº. 2012/7608. PORTARIA Nº. 27.881, DE 13 DE JANEIRO DE 2017. REMOVER o funcionário JOSÉ CARDENUTO NETO, portador da Cédula de Identidade RG nº. 8.732.304-7 e CPF nº. 012.326.018-37, Motorista, lotado na Secretaria de Governo para a Secretaria de Comunicação, a contar de 04 de Janeiro de 2017. Processo nº. 2011/3480. PORTARIA Nº. 27.884, DE 13 DE JANEIRO DE 2017. REMOVER a funcionária PATRÍCIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA LIMA, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 21.315.664 e CPF nº. 140.199.648-58, Agente de Informações Cadastrais Georreferenciais, lotada na Secretaria de Governo para a Secretaria de Obras, a contar de 10 de Janeiro de 2017. Processo nº. 1995/317. PORTARIA Nº. 27.892, DE 17 DE JANEIRO DE 2017. AFASTAR a funcionária Nanci Garrido Butin do cargo efetivo de Psicóloga e NOMEAR Nanci Garrido Butin, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 15.505.069-2 e CPF nº. 065.494.488-16, para exercer em comissão o cargo de Secretária Adjunta, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 09 de Janeiro de 2017. Processo nº. 2003/3500. PORTARIA Nº. 27.893, DE 17 DE JANEIRO DE 2017. NOMEAR SÉRGIO CAMPOS LADEIRA, portador da Cédula de Identidade RG nº. 15.882.526-3 e CPF nº. 058.616.718-85, para exercer em comissão o cargo de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 06 de Janeiro de 2017. Processo nº. 2013/505. PORTARIA Nº. 27.894, DE 17 DE JANEIRO DE 2017. NOMEAR EVANDRO HAUTCHENSKI PRISCO, portador da Cédula de Identidade RG nº. 27.173.454-1 e CPF nº. 192.231.428-57, para exercer em comissão o cargo de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 09 de Janeiro de 2017. Processo nº. 2014/2684. PORTARIA Nº. 27.896, DE 17 DE JANEIRO DE 2017. NOMEAR VANESSA MENDES DA SILVA PIRES, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 41.586.945-6 e CPF nº. 307.889.308-18, para exercer em comissão o cargo de Chefe de Gabinete, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 12 de Janeiro de 2017. PORTARIA Nº. 27.897, DE 17 DE JANEIRO DE 2017. NOMEAR LUIS APARECIDO SILVA GRANDE, portador da Cédula de Identidade RG nº. 15.411.565-4 e CPF nº. 076.487.108-03, para exercer em comissão o cargo de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 12 de Janeiro de 2017. PORTARIA Nº. 27.898, DE 17 DE JANEIRO DE 2017. NOMEAR EUGÊNIO DA SILVA EVANGELISTA, portador da Cédula de Identidade RG

nº. 10.358.651-9 e CPF nº. 008.507.888-38, para exercer em comissão o cargo de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 12 de Janeiro de 2017. PORTARIA Nº. 27.899, DE 17 DE JANEIRO DE 2017. NOMEAR LUZIA FERREIRA SOUZA, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 20.182.963 e CPF nº. 107.687.688-96, para exercer em comissão o cargo de Diretor de Departamento, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 12 de Janeiro de 2017. PORTARIA Nº. 27.900, DE 17 DE JANEIRO DE 2017. RETIFICAR a Portaria nº. 27.860, de 03 de Janeiro de 2017, que nomeou ROSANGELA MARIA VIEIRA DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 25.849.576-5 e CPF nº. 254.873.488-98, para exercer em comissão o cargo de Assessor Especial de Gabinete para Coordenação e Gerência, lotada na Secretaria de Governo, para que onde lê-se a contar de 01 de Janeiro de 2017, leia-se a contar de 02 de Janeiro de 2017. PORTARIA Nº. 27.903, DE 17 DE JANEIRO DE 2017. NOMEAR KEILA CRISTINA JORDÃO, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 32.967.122-4 e CPF nº. 276.964.278-22, para exercer em comissão o cargo de Diretor de Departamento, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 11 de Janeiro de 2017. Processo nº. 2017/426. PORTARIA Nº. 27.906, DE 17 DE JANEIRO DE 2017. NOMEAR ADRIANA SOARES PEREZ, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 33.757.444-3 e CPF nº. 302.995.108-16, para exercer em comissão o cargo de Diretora Administrativa, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 05 de Janeiro de 2017. Processo nº. 2017/398. PORTARIA Nº. 27.907, DE 17 DE JANEIRO DE 2017. NOMEAR CARLOS EDUARDO ARAÚJO DIAS, portador da Cédula de Identidade RG nº. 30.711.517-3 e CPF nº. 311.160.998-70, para exercer em comissão o cargo de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 06 de Janeiro de 2017. Processo nº. 2017/424.

PORTARIA Nº. 27.883, DE 13 DE JANEIRO DE 2017. REMOVER o funcionário JOSÉ RENATO BARBOSA, portador da Cédula de Identidade RG nº. 39.193.820-4 e CPF nº. 734.619.466-72, Engenheiro, lotado na Secretaria de Obras para a Secretaria de Infraestrutura Urbana, a contar de 10 de Janeiro de 2017. Processo nº. 2008/6315. PORTARIA Nº. 27.888, DE 16 DE JANEIRO DE 2017. REVOGAR, a partir de 01 de Fevereiro de 2017, a Portaria nº. 24.851, de 05 de Junho de 2014, que removeu para a Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires a funcionária ARETA MAGDA SANTOS COSTA, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 23.402.789-7 e CPF nº. 149.355.478-63, Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Finanças. Processo nº. 1998/3326. PORTARIA Nº. 27.891, DE 17 DE JANEIRO DE 2017. AFASTAR a funcionária BERENICE DA SILVA NASCIMENTO ROSA do cargo efetivo de Atendente e NOMEAR BERENICE DA SILVA NASCIMENTO, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 17.306.707-4 e CPF nº. 072.519.328-06, para exercer em comissão o cargo de Assessor Especial de Gabinete para Coordenação e Gerência, lotada na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, ficando designada para prestar serviços junto ao Fundo Social de Solidariedade, a contar de 02 de Janeiro de 2017. Processo nº. 1994/3825.]

PORTARIA Nº. 27.885, DE 13/01/2017. REMOVER a funcionária VANIA DA SILVA LIMA, RG nº. 35.382.010-6 e CPF nº. 347.718.608-74, Assistente Administrativo, lotada na Secretaria de Governo para a Secretaria de Finanças, a contar de 10 de Janeiro de 2017. Processo nº. 2011/4137. PORTARIA Nº. 27.887, DE 16/01/2017. NOMEAR GIOVANNA ALSEINA GIANASI, RG nº. 44.155.799-5 e CPF nº. 364.258.448-92, para exercer em comissão o cargo de Secretária Adjunta, lotada na Secretaria de Política Comunitária e Institucional, a contar de 10 de Janeiro de 2017. Processo nº. 2017/351. PORTARIA Nº. 27.889, DE 16/01/2017. NOMEAR os funcionários abaixo relacionados para, nos termos do Artigo 137 da Lei nº. 4.217, de 17 de Dezembro de 1998 – Estatuto dos Funcionários Públicos e do Magistério do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, constituírem a “Comissão de Apuração Disciplinar” em face do servidor MERISVALDO LIMA SANTOS, Guarda Municipal, lotado na Secretaria de Segurança Pública, para apuração de suposta violação ao artigo 107, incisos I e IX da Lei Municipal nº. 4.217/98 e artigo 61, inciso VI da Lei Municipal nº. 6093/2016, por não ser assíduo e pontual, não manter o espírito de colaboração e solidariedade com os colegas de trabalho e não comparecer ao serviço com assiduidade e pontualidade nas horas de trabalho ordinário e extraordinário, à vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº 2016/5902. O relatório final deverá ser apresentado no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período. Presidente: Antônio Carlos de Brito Araújo. Membros: Sandra Helena Silva Catezani e Júlio César Cândido. Processo nº. 2016/5902. PORTARIA Nº. 27.917, DE 20/01/2017. REDUZIR para 20 (vinte) horas semanais, a carga horária da funcionária SIMONE MARTINS THIMÓTEO, RG nº. 34.209.253-4 e CPF nº. 286.368.988-62, Assistente Administrativo, lotada na Secretaria de Gestão e Planejamento Administrativo, a contar de 30 de Dezembro de 2016. Processo nº. 2011/3851. PORTARIA Nº. 27.918, DE 20/01/2017. NOMEAR os funcionários abaixo relacionados para, nos termos do Artigo 155 da Lei nº. 4.217, de 17 de Dezembro de 1998 – Estatuto dos Funcionários Públicos e do Magistério do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, constituírem a “Comissão de Sindicância”, para apuração dos fatos referente a irregularidades no Serviço Funerário Municipal, à vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 2017/241. O relatório final deverá ser apresentado no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período. Presidente: Dra. Solange Luz Souza de Oliveira; Membros: Sr. Claudinei Bonifácio e Sra. Sueli de Oliveira. Processo nº. 2017/241. PORTARIA Nº. 27.926, DE 23/01/2017. NOMEAR ELISANGELA FERRAZ FERNANDES, RG nº. 25.458.798-7 e CPF nº. 172.397.908-27, para exercer em comissão o cargo de Assessor Especial de Gabinete de Direitos do Consumidor, lotada na Secretaria de Assuntos Jurídicos, a contar de 11 de Janeiro de 2017. Processo nº. 2006/676. PORTARIA Nº. 27.927, DE 23/01/2017. NOMEAR MARCO AURÉLIO ROMALDINI, RG nº. 24.569.045-1 e CPF nº. 303.217.318-32, para exercer em comissão o cargo de Procurador Geral, lotado na Secretaria de Assuntos Jurídicos, a contar de 06 de Janeiro de 2017. Processo nº. 2008/7899

EXPEDIENTE

Prefeitura de Ribeirão Pires
Rua Miguel Prisco, 288
Centro - CEP: 09400-110
Tel.: 11 4828.9800
www.ribeiraopires.sp.gov.br

ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA
Prefeito Municipal

GABRIEL EID RONCON
Vice-prefeito

JOÃO MANCUSO CORINALDESI
Secretário Municipal de Comunicação

Diário Oficial do Município
Criado pela Lei Municipal nº 5885 de 09/2014

Jornalista Responsável
Joyce Cunha - MTB 63.455

Produção
Secretaria Municipal de Comunicação
Rua Miguel Prisco, 53 - 2º andar
Centro - Ribeirão Pires - Tel.: 11 4828.1054

Redação
Amanda Sakumoto
Ghretta Pasuld
Joyce Cunha
Julio Rodrigues

Revisão
Joyce Cunha

Fotografia
Gabriel Mazzo

Administrativo
Priscilla Martinho

Impressão:
Gráfica e Editora Diário do Litoral
Processo Administrativo 2786/2016
Tiragem: 5 mil exemplares
Distribuição Gratuita

secom@ribeiraopires.sp.gov.br
imprensa@ribeiraopires.sp.gov.br

DECRETO Nº. 6.684, DE 18 DE JANEIRO DE 2017. Regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, e dá outras providências. ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, DECRETA: Art. 1º Este decreto regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES INICIAIS - Art. 2º As parcerias celebradas entre a Administração Pública municipal e as organizações da sociedade civil (OSC) terão por objeto a execução de atividades ou projetos e serão formalizadas por meio de: I – termo de fomento ou termo de colaboração, quando houver transferência de recurso financeiro; II – acordo de cooperação, quando a parceria não envolver a transferência de recurso financeiro. § 1º O termo de fomento será adotado para a consecução de planos de trabalhos cuja concepção seja das organizações da sociedade civil, com o objetivo de incentivar projetos por elas criados ou desenvolvidos. § 2º O termo de colaboração será adotado para a consecução de planos de trabalho cuja concepção seja da Administração Municipal, com o objetivo de executar projetos ou atividades por ela criados ou desenvolvidos. Art. 3º A Administração Municipal adotará procedimentos para orientar e facilitar a realização de parcerias e estabelecerá, sempre que possível, critérios para definir objetos, metas, custos e indicadores de avaliação de resultados. § 1º A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social publicará manuais que contemplem os procedimentos a serem observados em todas as fases da parceria, para orientar os gestores públicos e as organizações da sociedade civil, nos termos do parágrafo 1º do artigo 63 da Lei Federal nº 13.019/2014. § 2º Os órgãos e as entidades da Administração Municipal poderão editar orientações complementares, por meio de portaria do Secretário Municipal ou dirigente da entidade competente, de acordo com as especificidades dos programas e das políticas públicas setoriais. CAPÍTULO II - DO ACORDO DE COOPERAÇÃO. Art. 4º O acordo de cooperação é instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias entre o Município da Estância Turística de Ribeirão Pires e as organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, que não envolvam a transferência de recursos financeiros. Art. 5º A celebração de acordo de cooperação poderá ser proposta pela Administração Municipal ou por organização da sociedade civil. Art. 6º A celebração de acordo de cooperação poderá ser precedida de procedimento de manifestação de interesse social, observado, neste caso, o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e neste decreto. Art. 7º Ressalvada a hipótese prevista no artigo 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, fica dispensada a realização de chamamento público para a celebração de acordo de cooperação. § 1º A critério do Secretário Municipal ou do dirigente de entidade da Administração indireta, poderá ser realizado chamamento público para a celebração de acordo de cooperação, observado, neste caso, o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e neste decreto. § 2º O chamamento público para a celebração de acordo de cooperação de que trata o artigo 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 observará, no que couber, o disposto naquele diploma legal e neste decreto. CAPÍTULO III - DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. Art. 8º As propostas de Procedimento de Manifestação de Interesse Social, apresentadas por organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos interessados à Administração Municipal, devem: I – ser dirigidas e encaminhadas aos Secretários Municipais ou dirigentes de entidade da Administração indireta competente em função do objeto da proposta; II – observar, quanto aos requisitos, o disposto no art. 19 da

Lei Federal nº 13.019/2014. Art. 9º Recebida a proposta, o Secretário Municipal ou dirigente da entidade verificará o atendimento dos requisitos do art. 19 da Lei Federal nº 13.019/2014 e, conforme o caso, indeferirá a proposta ou determinará sua publicação no sítio eletrônico da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires. Parágrafo único. As propostas serão mantidas no sítio eletrônico da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires pelo prazo de 12 (doze) meses. Art. 10. Verificadas a conveniência e a oportunidade para a realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o Secretário Municipal ou dirigente da entidade determinará sua instauração, para oitiva da sociedade sobre o tema. § 1º O Procedimento de Manifestação de Interesse Social far-se-á por meio de edital, que indicará, entre outros elementos: I – o objeto da consulta; II – as condições para participação dos interessados; III – as datas, prazos, meios e locais de apresentação de propostas. § 2º O Procedimento de Manifestação de Interesse Social será realizado por comissão especial, composta por pelo menos três servidores públicos, a ser constituída pelo Secretário Municipal ou dirigente da entidade interessada. Art. 11. Poderá ser realizado Procedimento de Manifestação de Interesse Social conjunto entre Secretarias Municipais ou entidades da Administração indireta, caso o objeto da consulta envolva competências desses órgãos. CAPÍTULO IV - DO CHAMAMENTO PÚBLICO. Art. 12. A celebração de termo de colaboração e termo de fomento será precedida de chamamento público, ressalvados os casos excepcionados pela Lei Federal nº 13.019/2014. Art. 13. As Secretarias Municipais e as entidades da Administração indireta instituirão, por portaria, comissão de seleção para a realização do chamamento público, observado, quanto à sua composição, o disposto no inciso X do art. 2º e no parágrafo 2º do art. 27 da Lei Federal nº 13.019/2014. Art. 14. O edital de chamamento público observará, quanto às suas disposições, o parágrafo 1º do art. 24 da Lei Federal nº 13.019/2014. § 1º O edital de chamamento público será publicado na íntegra no sítio eletrônico da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do recebimento das propostas. § 2º O aviso de edital de chamamento público será publicado no Diário Oficial do Município, no mesmo prazo previsto no parágrafo anterior, contendo pelo menos os seguintes elementos: I – números do edital de chamamento público e do processo administrativo; II – Secretaria Municipal ou entidade da Administração indireta responsável; III – objeto; IV – prazo, com data e horário, para recebimento das propostas; V – forma de acesso à íntegra do edital. Art. 15. Compete ao Secretário Municipal ou ao dirigente de entidade da Administração indireta responsável pelo chamamento público homologar o seu resultado e divulgá-lo no sítio eletrônico da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires. Art. 16. Não se realizará chamamento público: I – para a celebração de termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos provenientes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais; II – para a celebração de acordos de cooperação, exceto se seu objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que a realização de chamamento público é obrigatória, observando-se o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e neste decreto; III – nas hipóteses de dispensa previstas no art. 30 da Lei Federal nº 13.019/2014; IV – nas hipóteses de inexigibilidade previstas no art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014. § 1º Toda celebração de parceria sem prévio chamamento público será justificada e ratificada pelo Secretário Municipal ou dirigente de entidade da Administração indireta interessado. § 2º Nas hipóteses previstas nos arts. 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, o extrato da

justificativa será publicado no sítio eletrônico da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires e no Diário Oficial do Município, na mesma data em que for efetivada a ratificação. § 3º Eventual impugnação à justificativa deverá ser dirigida ao Secretário Municipal ou ao dirigente de entidade da Administração indireta que a ratificou, observando-se, quanto ao seu processamento, o disposto nos parágrafos 2º e 3º do art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014. Art. 17. Na hipótese de dispensa de chamamento público prevista no inciso VI do art. 30 da Lei Federal nº 13.019/2014, as Secretarias Municipais ou as entidades da Administração indireta realizarão credenciamento das organizações da sociedade civil que atuam nas respectivas áreas sociais. § 1º O credenciamento será realizado pela comissão de seleção da Secretaria Municipal ou entidade interessada. § 2º Para fins de credenciamento, as organizações da sociedade civil deverão comprovar o atendimento do art. 33 da Lei Federal nº 13.019/2014. § 3º O credenciamento será regido por edital, em que serão previstos os requisitos, o procedimento e o prazo de validade do credenciamento. § 4º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o edital de credenciamento poderá prever que a inscrição de organização da sociedade civil em Conselho Municipal de políticas públicas poderá ser considerada para fins de credenciamento, desde que, para a inscrição no Conselho Municipal, seja exigida a comprovação do atendimento dos mesmos requisitos previstos no art. 33 da Lei Federal nº 13.019/2014. § 5º Na hipótese do parágrafo anterior, o credenciamento fica condicionado à ratificação, pela comissão de seleção, da inscrição da organização da sociedade civil. CAPÍTULO V - DA CELEBRAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DAS PARCERIAS. Art. 18. A celebração e a formalização de termo de cooperação e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências por parte das Secretarias Municipais ou entidades da Administração indireta: I – indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria; II – emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria; III – realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, quando sua não realização deverá ser justificada e ratificada pela autoridade competente; IV – emissão de parecer do órgão técnico da Administração, observado o disposto no inciso V do art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014; V – demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto; VI – aprovação do plano de trabalho pelo Secretário Municipal ou dirigente da entidade. Parágrafo único. Para fins do inciso IV deste artigo, considera-se órgão técnico da Administração o órgão da Secretaria Municipal ou entidade da Administração indireta competente para, em função do objeto da parceria, apreciar o mérito das propostas. Art. 19. A celebração e a formalização de acordo de cooperação dependerão da adoção das seguintes providências por parte das Secretarias Municipais ou entidades da Administração indireta: I – realização de chamamento público, se for o caso, ou ratificação de sua não realização pela autoridade competente; II – aprovação do plano de trabalho pelo Secretário Municipal ou dirigente da entidade; III – emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria. Art. 20. Para celebrar parcerias regidas pela Lei Federal nº 13.019/2014 com a Administração Municipal, as organizações da sociedade civil deverão: I – comprovar o atendimento das condições estabelecidas no art. 33 da Lei Federal nº

13.019/2014; II – apresentar os documentos previstos no art. 34 da Lei Federal nº 13.019/2014. Art. 21. As parcerias serão formalizadas mediante a celebração de termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação, que, conforme o caso, conterá: I – as cláusulas essenciais previstas no art. 42 da Lei Federal nº 13.019/2014; II – o plano de trabalho, como parte integral e indissociável; III – as hipóteses e os limites das despesas previstas no inciso II do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014, se for o caso; IV – a indicação do servidor público ou empregado público designado como gestor da parceria; V – na hipótese de a duração da parceria exceder um ano, a obrigação da organização da sociedade civil prestar contas ao término de cada exercício; VI – a vinculação ao edital do chamamento público, se for o caso, e à disposição da Lei Federal nº 13.019/2014 e deste decreto; VII – a forma de realização da pesquisa de satisfação dos beneficiários do plano de trabalho, nas parcerias com vigência superior a um ano; VIII – a obrigação da organização sociedade civil manter em seu arquivo, durante 10 (dez) anos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas. Art. 22. Compete aos Secretários Municipais e aos dirigentes da Administração indireta, no âmbito dos respectivos órgãos e entidades, celebrar termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação. Parágrafo único. A competência estabelecida neste artigo é indelegável e não exclui a do Prefeito Municipal para a prática dos mesmos atos. Art. 23. Os termos de colaboração e de fomento e os acordos de cooperação serão lavrados no Departamento de Registro de Atos Oficiais. § 1º O extrato do termo de fomento, termo de colaboração e acordo de cooperação serão publicados no Diário Oficial do Município em até 5 (cinco) dias úteis após a sua celebração. § 2º No mesmo prazo definido no parágrafo anterior, o instrumento da parceria será disponibilizado na íntegra no sítio eletrônico da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires. § 3º Deverá constar do extrato publicado no Diário Oficial do Município e da relação das parcerias, mantida no sítio eletrônico da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires, o nome do servidor público ou empregado público designado como gestor de cada parceria. CAPÍTULO VI - DOS RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS NO ÂMBITO DAS PARCERIAS. Art. 24. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica, isenta de tarifa bancária. Art. 25. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada exclusivamente mediante transferência eletrônica, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária. CAPÍTULO VII DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO - Art. 26. O monitoramento e a avaliação das parcerias serão realizados de forma contínua, observados os arts. 58 a 60 da Lei Federal nº 13.019/2014, incumbindo: I – ao servidor público ou empregado público designado como gestor da parceria; II – ao conselho gestor de Fundo Municipal, em conjunto com o gestor da parceria, quando esta for custeada com recursos de Fundos específicos; III – em qualquer caso, à comissão de monitoramento e avaliação designada, ao Conselho Municipal de políticas públicas pertinente ao objeto da parceria e aos cidadãos. Art. 27. Cabe ao gestor de termo de colaboração ou de termo de fomento, isoladamente ou em conjunto com o conselho gestor do Fundo Municipal específico, na hipótese do inciso II do artigo anterior, emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação e submetê-lo à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação de prestação de contas devida pela organização da sociedade civil. § 1º A emissão do relatório técnico de monitoramento e avaliação será semestral, nas parcerias com vigência de um ano ou mais, e trimestral, nas parcerias com vigência inferior a um ano. § 2º O relatório técnico de monitoramento e avaliação conterá os elementos previstos no parágrafo 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014, sem prejuízo de outros, exigidos por portaria do Secretário Municipal ou dirigente

de entidade da Administração indireta ou, se for o caso, o conselho gestor do fundo específico. Art. 28. Nas parcerias com vigência superior a um ano, será realizada pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, na forma prevista no instrumento da parceria, e serão utilizados os resultados como subsídio para avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas. Art. 29. Compete ao gestor designado para a parceria realizar as atribuições previstas no art. 61 da Lei Federal nº 13.019/2014, bem como: I – proceder ao acompanhamento e à fiscalização da execução da parceria; II – elaborar, em conjunto com o conselho gestor do fundo, se for o caso, o relatório técnico de monitoramento e avaliação, e submetê-lo à comissão de monitoramento e avaliação designada; III – comunicar ao Secretário Municipal ou ao dirigente da entidade da Administração indireta a inexecução da parceria por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, para fins do disposto no art. 62 da Lei Federal nº 13.019/2014; IV – emitir parecer técnico de análise da prestação de contas da respectiva parceria. Parágrafo único. As providências indicadas no art. 62 da Lei Federal nº 13.019 far-se-ão por ato do Secretário Municipal ou dirigente de entidade da Administração indireta que firmar a parceria, devidamente motivado e publicado no Diário Oficial do Município, assegurados à organização da sociedade civil o contraditório e a ampla defesa. Art. 30. Toda parceria celebrada mediante termo de colaboração e termo de fomento será acompanhada e fiscalização por comissão de monitoramento e avaliação, instituída por Portaria. § 1º As parcerias de cada Secretaria Municipal e entidade da Administração indireta serão acompanhadas e fiscalizadas pela respectiva comissão de monitoramento e avaliação. § 2º Pode haver a instituição de mais de uma comissão de monitoramento e fiscalização por Secretaria Municipal ou entidade da Administração indireta, considerada a especificidade do objeto das parcerias. Neste caso, as portarias deverão delimitar a competência de cada comissão de monitoramento e fiscalização. § 3º A comissão de monitoramento e avaliação será composta por, no mínimo, três servidores públicos ou empregados públicos, observado o disposto no inciso XI do art. 1º da Lei Federal nº 13.019/2014. § 4º Não poderá participar da comissão de monitoramento e avaliação o servidor público ou empregado público designado para atuar como gestor de parceria acompanhada e fiscalização pela comissão. CAPÍTULO VIII - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. Art. 31. A prestação de contas da execução de termo de colaboração, termo de fomento e, quando for o caso, acordo de cooperação, observará o disposto na Lei Federal nº 13.019/2016, no instrumento da parceria e no respectivo plano de trabalho, neste decreto, nas orientações normativas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Art. 32. A análise da prestação de contas pelo Secretário Municipal ou entidade da Administração indireta responsável pela parceria far-se-á a partir da análise: I – dos documentos previstos no plano de trabalho; II – do relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, na forma do inciso I do art. 66 da Lei Federal nº 13.019/2014; III – do relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, elaborado pela Secretaria Municipal de Finanças, na forma do inciso II do art. 66 da Lei Federal nº 13.019/2014; IV – do relatório de visita “in loco”, quando realizada durante a parceria; V – do relatório técnico de monitoramento e avaliação, elaborado pelo gestor da parceria e homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, observado o disposto no inciso II do parágrafo único do art. 66 da Lei Federal nº 13.019/2014. Art. 33. O prazo para prestação de contas será definido no instrumento da parceria, observado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 67 e no art. 69 da Lei Federal nº 13.019/2014. Art. 34. O gestor da parceria emitirá parecer técnico de

análise da prestação de contas da parceria celebrada, observando o disposto no artigo anterior nos arts. 66, 67 e 69 da Lei Federal nº 13.019/2014. Art. 35. Compete ao Secretário Municipal ou ao dirigente da entidade da Administração indireta signatário do instrumento da parceria decidir sobre a aprovação da prestação de contas, observado o disposto no art. 69 a 72 da Lei Federal nº 13.019/2014. Art. 36. A organização da sociedade civil cuja prestação de contas for julgada irregular poderá apresentar recurso, no prazo de 10 (dias) dias úteis, a partir da data da intimação da decisão. Parágrafo único. Compete ao Secretário Municipal ou ao dirigente da entidade da Administração indireta receber o recurso, determinar a instrução do processo e julgar o recurso. Art. 37. A faculdade prevista no parágrafo 2º do art. 72 deverá ser solicitada pela organização da sociedade civil interessada, mediante requerimento escrito, ao Secretário Municipal ou ao dirigente da entidade da Administração indireta signatário da parceria anterior, a quem compete decidir fundamentadamente sobre a solicitação. CAPÍTULO IX - DA RESPONSABILIDADE E DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES. Art. 39. A execução da parceria em desacordo com o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e no instrumento da parceria e no seu respectivo plano de trabalho, sujeita a organização da sociedade civil às sanções previstas no art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014. Art. 40. Todo cidadão poderá representar ao Poder Público municipal sobre eventuais irregularidades contadas na execução de parceria regida pela Lei Federal nº 13.019/2014. Parágrafo único. A representação deverá ser encaminhada ao Secretário Municipal ou ao dirigente da entidade da Administração indireta responsável pela parceria, com a identificação completa do representante, a parceria e os fatos a ela relacionados, sob pena de indeferimento. Art. 41. A apuração de infrações será processada por meio de processo administrativo de averiguação, instaurado a partir de representação ou por iniciativa da Secretaria Municipal ou entidade da Administração indireta, em despacho motivado. § 1º O processo administrativo de averiguação será processado por comissão especial, instituída pelo Secretário Municipal ou a dirigente da entidade da Administração indireta, vedada a participação do gestor da parceria ou de membros das comissões de seleção e de monitoramento e avaliação. § 2º Será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis para a organização da sociedade civil interessada manifestar-se preliminarmente sobre os fatos apontados. § 3º Transcorrido o prazo previsto no parágrafo anterior, sendo considerados insuficientes ou impertinentes os fatos, conforme manifestação da comissão especial, o Secretário Municipal ou dirigente de entidade da Administração indireta determinará o arquivamento do processo, em despacho fundamento e publicado no Diário Oficial do Município. § 4º Não sendo o caso de arquivamento, serão ouvidos os gestores designados para a parceria, a comissão de monitoramento e avaliação e os demais agentes públicos envolvidos na execução, no acompanhamento e na fiscalização da parceria, juntados os documentos pertinentes aos fatos e determinadas outras providências probatórias. § 5 Ficam assegurados o acompanhamento e a participação de representantes da organização da sociedade civil interessada nos atos referidos no parágrafo anterior. § 6º Encerradas as providências previstas no parágrafo 4º, a organização da sociedade civil será notificada a indicar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data da notificação, as provas que pretende produzir. § 7º Compete à comissão especial indeferir as provas impertinentes ou protelatórias. § 8º Encerrada a produção de provas, a organização da sociedade civil será notificada a apresentar suas alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data da notificação. § 9º Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior, a comissão especial elaborará relatório final e o encaminhará às autoridades indicadas no artigo seguinte. § 10. Os atos

da comissão especial são recorríveis ao Secretário Municipal ou a dirigente da entidade da Administração indireta, no prazo de 3 (três) dias úteis. Art. 42. Compete, motivadamente: I – ao gestor designado para a parceria, aplicar a sanção prevista no inciso I da Lei Federal nº 13.019/2014 ou absolver a organização da sociedade civil averiguada; II – ao Secretário Municipal ou dirigente de entidade da Administração indireta, aplicar as sanções previstas nos incisos II e III da Lei Federal nº 13.019/2014. § 1º Da aplicação da sanção prevista no inciso I da Lei Federal nº 13.019/2014 cabe recurso ao Secretário Municipal ou dirigente de entidade da Administração indireta, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data da intimação. § 2º Da aplicação das sanções previstas nos incisos II e III da Lei Federal nº 13.019/2014 cabe pedido de reconsideração ao Secretário Municipal ou dirigente de entidade da Administração indireta, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data da intimação. Art. 45. Este decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 18 de janeiro de 2017 – 303o Ano da Fundação e 63o da Instalação do Município. ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA - Prefeito - LIZ ITA DOTTA - Secretária de Assuntos Jurídicos - ELZA DOS ANJOS IWASAKI - Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social. Processo Administrativo no 211/2017 – PM Publicado no órgão da Imprensa Oficial

DECRETO Nº. 6.683, DE 16 DE JANEIRO DE 2017. Dispõe sobre ausência de expediente nas Repartições Públicas Municipais (Pontos Facultativos) e compensação de dias, pelos servidores municipais no Exercício de 2017. ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, Considerando a necessidade de fixação de datas em que não haverá expediente nas Repartições Públicas Municipais no ano de 2017, para conhecimento de toda a sociedade, DECRETA: Art. 1º. De acordo com a legislação vigente, os feriados no exercício de 2017 serão os seguintes: I. 1º. de janeiro -Confraternização Universal; II. 19 de março – Aniversário de Ribeirão Pires; III. 14 de abril – Paixão de Cristo; IV. 21 de abril - Tiradentes; V. 1º. de maio – Dia do Trabalho; VI. 15 de junho – “Corpus Christi”; VII. 9 de julho –Revolução Constitucionalista; VIII. 7 de setembro -Independência do Brasil; IX. 12 de outubro - Nossa Senhora Aparecida; X. 2 de novembro - Dia de Finados; XI. 15 de novembro – Proclamação da República; XII. 20 de novembro - Consciência Negra; XIII. 25 de dezembro – Natal. Art. 2º. Serão considerados pontos facultativos os seguintes dias: I. 27 de fevereiro; II. 28 de fevereiro; III. 01 de março, até as 13:00 horas; IV. 16 de junho; V. 08 de setembro; VI. 13 de outubro; VII. 03 de novembro. Parágrafo único – O expediente no dia 01 de março de 2017, quarta-feira de cinzas, será das 13:00 às 17:00 horas. Art.3o As ausências de expediente nos dias que se referem os incisos III, IV, V, VI e VII, totalizam 36 horas de trabalho, que deverão ser compensadas pelos servidores. §1o Para quem cumpre jornada de 08 horas diárias, será acrescido à jornada de trabalho 30 minutos diários, iniciando em 01/03/2017 e terminando em 13/06/2016. §2o Os servidores que cumprem jornada de trabalho inferior a 08 horas diárias, a compensação deverá ser proporcional a jornada cumprida da seguinte forma: a) jornada de 20 horas semanais - 15 minutos diários; b) jornada de 30 horas semanais - 20 minutos diários; c) jornada de 33 horas semanais - 25 minutos diários. §3o - Fica autorizado a compensação aos sábados, para as Secretarias que de acordo com as peculiaridades do serviço julgar mais produtora esta alternativa. §4o Para os servidores das Escolas Municipais, as compensações serão estabelecidas no calendário escolar. §5o As horas compensadas deverão ser registradas nas frequências, atestadas pelo superior hierárquico. §6o As horas e dias não compensados até o final do prazo estabelecido no §1o deste artigo, serão considerados como faltas,

exceto ser for concedido férias ou licenças, sendo admitida prorrogação no prazo de compensação, até o limite do período de ausência. § 7 o Férias ou licenças no período de compensação, não isentam a obrigatoriedade de compensar, admitindo apenas a prorrogação, nos termos do inciso anterior. §8o Para os funcionários que forem admitidos no decorrer do ano, serão apuradas as compensações devidas de acordo com a data de admissão e os pontos facultativos restantes. §9o Os servidores que estiverem gozando férias ou licenças remuneradas previstas em Estatuto nos dias em que coincidirem com os Pontos Facultativos, ficam desobrigados da compensação. Art. 3o As disposições do presente decreto não se aplicam às unidades administrativas que prestam serviços essenciais ou obrigatórios à população, que funcionarão por meio de plantão ou outra forma que for determinado pelas respectivas Secretarias. Art. 4o Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 16 de janeiro de 2017 – 303o Ano da Fundação e 63o da Instalação do Município. ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA - Prefeito - LIZ ITA DOTTA - Secretária de Assuntos Jurídicos - ADRIANO DIAS CAMPOS - Secretário de Administração e Modernização. Processo Administrativo no 472/2012 – PM Publicado no órgão da Imprensa Oficial

Edital de Notificação

Em cumprimento ao disposto no artigo 67 inciso III da Lei 5.104/07, notifico a empresa LILIAN GIANNETO FERRARI, com inscrição municipal 1013915 – Cpf 053.227.098-35, estabelecida na Rua Pedro Barbosa de Lima, 339– B. Represa– Rib.Pires na atividade de Locação para Festas, representada pela sócia Lilian Gianneto Ferrari portadora do RG 14.499.215-2 -para apresentar os seguintes documentos para levantamento fiscal (notificação 004/2017 período de janeiro/2012 a dezembro/2016) processo 6873/2016: TALÕES DE NOTAS FISCAIS DE SERVIÇOS IMPRESSAS/ NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS/GUIAS DE RECOLHIMENTO DE ISSQN. O não atendimento a notificação implicará em sanções legais cabíveis- multa de R\$ 413,98 de acordo com o artigo 3º Inc XI da lei 5.105/07-Cod.Trib. Municipal. Prazo a partir da publicação deste edital. Agnaldo Prudente - Agente Fiscal de Tributos Reg. 6890/2

Vigilância Sanitária

Assunção de Responsabilidade Técnica, Proc. Nº 5009/2012 – Drograria Miraia & Santos Ltda ME, Fabiana Santos Paciulo, CRF Nº 77537/SP, pelo comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas. Baixa de Responsabilidade Técnica, Gastronomia Corporativa Rancho do Arthur Eirelli ME, Vanice Aparecida da Silva Santos, CRN Nº 11413/SP, pelo fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas. Desativação do CEVS, Proc. Nº 6109/2001 – Pharmafórmula Farm. de Manip. Ltda ME, Nº da Licença de Funcionamento: 354330301-477-000035-1-4. Licença de Funcionamento/CEVS, Sistema Via Rápida/ SIVISA, Tatiane Cardoso de Souza ME, Nº de Licença: 759911201730 e CEVS: 354330301-471-000168-1-0, validade: 11/1/2018, Sonia Merielli Marquivia Oliveira Iglesias 36285604894, Nº de Licença: 760816201718, validade: 12/1/2018, Helena Maio da Rocha Rodrigues Restaurante ME, Nº de Licença: 763545201736 e CEVS: 354330301-561-000143-1-1, validade: 16/01/2018, Rosângela Serafim da Silva 26932771837, Nº de Licença: 761893201795 e CEVS: 354330301-109-000057-1-1, validade: 13/01/2018, Regiane das Flores Dorez Dias 06188733685, Nº de Licença: 766834201788, validade:19/01/2018. Cirlei Aparecida Zanon, Gerente de Vigilância à Saúde.